



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 04/16

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 22 DE
SETEMBRO DE 2016**

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, na freguesia de Alcochete e sede do Vulcanense Futebol Clube, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Fernando Manuel Catum Leiria, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Luís Manuel Teopisto Cardoso, João Ladislau Teles de Matos, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Henrique Infante da Câmara e Sérgio Miguel Pratas Duarte.

Pelo Partido Socialista:

- Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Manuel Carlos Bento Fradiano, Bruno José Pereira Soares e Maria Amélia Martins Faria dos Santos.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Mário Luís Pintado Alves e Pedro Miguel Tarú Canteiro e Patrícia Pinto Felizes Figueira.

Pelo Partido Social Democrata:

-João Manuel Alves Nunes do Valle e Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltas à sessão:

Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, justificou por escrito a sua ausência por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Miriam Boieiro.

A justificação de falta foi aceite.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Francisco José da Fonseca Giro e Vasco André Marques Pinto.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do pedido formulado pela ex-vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento, no sentido de desejar as maiores felicidades aos senhores deputados da Assembleia Municipal, aquando da sua renúncia ao mandato em junho de 2016.

ATA:

O presidente da Assembleia colocou à discussão a seguinte ata:

- Ata da sessão de 20 de junho de 2016:

Após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

Ao abrigo da alínea e) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Sugeri que no futuro se utilizassem também as instalações de outras instituições do concelho no sentido de repetir esta iniciativa.

Chamou a atenção para a falta de manutenção e limpeza nos espaços verdes, questionando sobre a viabilidade de construção de novos espaços que depois não têm manutenção.

Saudou a Junta de Freguesia de Alcochete pela colocação de ginásios ao ar livre na Praia dos Moinhos.

- Miriam Boieiro:

Solicitou um ponto de situação relativamente ao arranque do ano letivo no concelho de Alcochete.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Patrícia Figueira:

Em nome do CDS-PP, apresentou um Voto de Louvor aos “Bombeiros Portugueses”.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Natacha Patinha:

Em nome da CDU, apresentou uma moção sobre “Gratuidade dos manuais escolares”.

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Luiz Batista:

Referiu que o PSD entende que a situação é perfeitamente aceitável. Porém, relativamente à crítica formulada ao anterior Governo, lembrou que anteriormente já existiram outros a quem também devem ser assacadas responsabilidades.

- Paula Pereira:

Frisou que a medida proposta se insere na atual posição conjunta assinada pelo Governo e o PCP, a qual irá abranger 80 000 crianças. Na sua opinião, o caminho a seguir é este e não o de cortes em salários e apoios sociais que o Governo PSD/CDS-PP promoveu.

- Luiz Batista:

Afirmou que na verdade quem governa gosta sempre de tomar medidas que vão ao encontro das pessoas, contudo, o anterior Governo viu-se forçado a tomar medidas contrárias, dada a situação económica do país e o ter que cumprir o Memorando de Entendimento.

Lembrou que o município de Alcochete já teve esta prática, mas que a mesma foi perdida.

- Presidente da Câmara:

Afirmou que Luiz Batista proferiu algumas inverdades e não querendo ser politicamente correto, proferiu algumas mentiras.

Têm um princípio que defendem sempre e esta casa tem dignidade.

Luiz Batista mentiu quando afirmou que o governo anterior se limitou única e exclusivamente à aplicação do Memorando de Entendimento. A Fundação Francisco Manuel dos Santos em conjugação com o jornal “Expresso” publicitou durante a semana, dados de um estudo autónomo e imparcial que afirma o que sempre afirmámos, ou seja, aquando da celebração do Memorando de Entendimento, todos os partidos com exceção do PCP, participaram nas reuniões com o BCE, a CE e o FMI e que o Primeiro-Ministro sempre se regozijou por diversas vezes e publicamente que estava a ir para além do Memorando. O programa de ajustamento já era suficientemente gravoso para os portugueses e foi ultrapassado nas medidas por questões meramente ideológicas, fazendo com que quem menos capacidade financeira possuía maiores dificuldades sentisse, contrariamente a quem mais capacidade tinha. Isto é ideológico!

Concorda quando se diz que todos os males do mundo não decorreram do Governo anterior, mas muitos deles do mundo em que vivemos e em Portugal decorrem em larga medida das políticas apoiadas pelo PSD e pelo CDS-PP, sendo por isso risível assistir às verbalizações do ex-Primeiro-Ministro como se passasse por vinha vindimada e nada tivesse que ver com o estado em que estamos. É por isso, também risível, continuar a ver Luiz Batista ser a voz acrítica do presidente do seu partido, em sede da Assembleia Municipal de Alcochete.

Enquanto for presidente da Câmara, a sua verdade e as suas convicções são diametralmente opostas às de Luiz Batista. Não é acrítico, mas sim crítico em relação à sociedade e às estruturas políticas enquanto exercer as suas funções, pugnando para que não fique esquecido tudo o que se passou entre 2011 e 2015.

Questionou ainda, para além dos *jobs for de boys* de ex-primeiros ministros que fugiram para a Comissão Europeia e que depois, quando saíram assumiram funções em instituições que penalizaram fortemente milhões e milhões de cidadãos no mundo inteiro, em particular na Europa. Como é que se pode acreditar em alguém que defende a social-democracia e em particular o modelo nórdico de social-democracia?

Acredita, piamente, que há militantes do PSD que se envergonham de quem verbaliza estas afirmações.

- Luiz Batista:

Em defesa da honra, refutou a expressão do presidente que o chamou de mentiroso, devolvendo inteiramente e dizendo que se há algum mentiroso na sala, é o presidente da Câmara.

- Presidente da Câmara:

Solicitou ao presidente da Assembleia, que fique registada em ata a afirmação de Luiz Batista, porque pela sua parte, foi contextualizada a sua afirmação, enquanto Luiz Batista se limitou a verbalizar um insulto, uma difamação, sem a fundamentar. E das duas uma: ou Luiz Batista justifica a afirmação em que o classifica de mentiroso, ou então também terá de defender a honra, não aqui nesta sede mas onde entender.

Tem cerca de onze anos de exercício de funções e todas as afirmações que proferiu ao longo destes anos em dezenas e dezenas de sessões da Assembleia Municipal, tinham exclusivamente como destinatários o homem ou a mulher na sua qualidade de políticos. Já referiu e consta de diversas atas, nomeadamente as de início dos mandatos e ao seu final, que a discussão política é salutar, sem se atingir a dignidade da pessoa ou das pessoas em questão.

A terminar, solicitou ao Presidente da Assembleia que fique registada a afirmação sem contextualização do deputado Luiz Batista em ata desta sessão e desafiou o mesmo a contextualizar e a fundamentar a sua legítima opinião acerca da sua pessoa. Caso não o faça, ponderará, obviamente das diligências a tomar.

Submetida á votação, foi aprovada por unanimidade.

- Luiz Batista, em nome do PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “Solidariedade e Reconhecimento”.

Submetida á discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

- Luiz Batista, em nome do PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “Estado da Educação em Alcochete”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

-Paula Pereira:

Deu conhecimento de uma situação que se passa na sala de aula de um dos seus filhos, que frequenta a Escola E.B.2,3 El-Rei D. Manuel I, dizendo que devido ao elevado número de alunos na turma, alguns não ficam devidamente sentados na sala e nem sequer têm secretária.

Desta forma, estranha, que em tantos anos de Assembleia Municipal, este nunca tenha apresentado uma única moção sobre o Governo Central, exortando o Ministério da Educação a colmatar a falta de salas de aula e o elevado número de alunos por turma nesta escola.

- Pedro Canteiro:

Concordou que existem carências no parque escolar e sem por em causa o que anteriormente já foi feito, perguntou o que pensa este executivo fazer para colmatar a falta de salas de aula na freguesia de Alcochete.

- Luiz Batista:

Fez uma resenha do estado atual das escolas do 1.º ciclo do concelho, a saber: Escola da Restauração com 9 turmas, 6 em sala de aula e 3 em monoblocos; Escola do Valbom com 4 salas de aula, tem 7 turmas, 2 em contentores, 5 em sala de aula, em que 3 estão em horário normal e 2 em regime de desdobramento de horário, até o novo Centro Escolar de S. Francisco está a rebentar pelas costuras, tem 10 turmas, 6 em regime normal e 4 em desdobramento de horário. Do somatório das necessidades um défice de 8 salas de aula, número suficiente para justificar a construção de um novo Centro Escolar, que já em 2009, em véspera de eleições, foi prometido em Comunicado à População pela Câmara Municipal de Alcochete.

- Natacha Patinha:

Relatou também uma experiência pessoal, frisando que se não fosse a Câmara a assegurar com a componente de apoio à família, a sua filha e os outros meninos, não tinham forma de ir para o pré-escolar, por falta de educadores, pelo que saúda o executivo pela ajuda prestada.

- Luiz Batista:

Entende que existem soluções, que passam pela utilização das 4 salas que em S. Francisco ficaram vagas com a entrada em funcionamento do novo Centro Escolar, mais 2 salas de aula que no referido Centro estão a ser usadas para outros fins e mais 1 no Monte Novo a ser usada como jardim- de- infância, já encontramos aqui 7 salas aptas a serem usadas.

- Presidente da Câmara:

Na sua opinião, esta situação começa a ser um caso de patologia política, mera demagogia e completa falta de verticalidade no que diz respeito à presença numa Assembleia Municipal. A coerência não se aprende, nasce-se com ela!

O comunicado da Câmara Municipal, com a intenção, em 2009, de construir um Centro Escolar na freguesia de Alcochete está em coerência com a Carta Educativa que foi aprovada quer pela Câmara quer pela Assembleia Municipal.

De seguida, voltou uma vez mais, a explicar as razões que levaram a não se poder construir o Centro Escolar, ou seja, sucintamente, ficou a dever-se ao facto de o Ministro das Finanças do Governo PSD-CDS-PP, Vitor Gaspar, ter revisto e revogado unilateralmente o contrato aprovado com a autarquia. Desta forma e como todos os membros sabem, foi o Governo do PSD-CDS-PP o culpado pela não construção do Centro Escolar.

Disse ainda, ter a certeza que no PSD há pessoas que se envergonham deste histórico, mas a verdade, é que Luiz Batista sempre foi o rosto do ultraliberalismo e do neoliberalismo e é o rosto da derrota do PSD em Alcochete.

Passou depois a enunciar todas as ações macro no que diz respeito à política de Educação no concelho de Alcochete, frisando que deve ser exigido às entidades centrais o mesmo que se exige à autarquia.

- Vereadora Susana Custódio:

Perante as declarações de Luiz Batista, apelou a que haja seriedade e conhecimento da realidade e não se faça “politiquice de meia tigela” que só serve para achincalhar quem todos os dias trabalha para prestar um serviço de qualidade às crianças e às famílias.

Esclareceu de seguida quais as diferentes responsabilidades que têm o Agrupamento de Escolas, a FAPECA e a Câmara Municipal no que à Educação diz respeito.

Relativamente às referidas duas salas do Centro Escolar de S. Francisco, esclareceu uma vez mais, que não são salas de aula e não foram objeto de financiamento; uma das salas destina-se aos prolongamentos de horário do pré-escolar e está protocolada com o Ministério da Educação para esta finalidade. A outra sala destina-se ao 1.º Ciclo, no âmbito do CAF, não foi objeto de financiamento e é essencial à prestação deste serviço às famílias.

Submetida à votação, foi rejeitada por maioria, com 15 votos contra da CDU; 7 abstenções do PS e CDS-PP e 2 votos a favor do PSD.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

A senhora vereadora Susana Custódio, sucintamente, informou:

Informou que o arranque do ano escolar não foi pacífico em todos os ciclos, explicando detalhadamente todas as *démarches* junto do Agrupamento de Escolas e Direção das Escolas.

Salientou, que a Câmara foi surpreendida com o pedido da Associação de Pais (dada a existência de protocolo e respeito institucional) para utilização de monoblocos na escola do Valbom e ser mantida a mesma disponibilidade que se verificou no ano anterior na escola da Restauração, no sentido de os disponibilizar para salas de aula. A Câmara, reuniu a 13 de julho com a Direção da Escola e ficaram definidos os mesmos moldes dos mantidos com a escola da Restauração, (ou seja o Agrupamento de Escolas e a Associação de Pais assumiram a incumbência de capacitar os monoblocos para a função da prática letiva), apesar de o município ser contra a utilização de monoblocos como salas de aula (contudo não inviabilizou nada), porque não se deve gastar dinheiro em situações de remendo.

Esclareceu ainda, que as crianças das zonas rurais não iniciaram o ano letivo no primeiro dia, porque apesar de várias insistências, não foi atempadamente comunicado à Câmara informação relativa aos seus horários.

A terminar, frisou que a Câmara começou a trabalhar com todas as suas equipas no dia 1 de setembro para garantir o bem-estar das crianças.

- Vereador Jorge Giro:

Lembrou a Luiz Batista (dado ele saber) que a Câmara não gastará dinheiro nas obras das rotundas e espaços adjacentes, em virtude de ter sido acionada a garantia bancária por incumprimento no loteamento, por parte do empreiteiro.

Uma vez mais explicou as condicionantes que têm obrigado a Câmara a não conseguir fazer a manutenção de espaços verdes e assegurar a limpeza urbana conforme gostaria.

- Presidente da Câmara:

Acrescentou que o problema terá solução já em 2017, não por ser ano de eleições, mas sim porque a Câmara, com muito esforço, conseguiu criar condições financeiras e arranjar uma solução alternativa.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Foram registados os seguintes pedidos de intervenção:

- Sr.^a Elisa Noronha:

Lamentou que após algumas insistências, ainda não lhe tenha sido fornecida a terra para os canteiros (da responsabilidade da Câmara) contíguos à sua residência, sita na rua dos Fundadores, em Alcochete.

Chamou a atenção, uma vez mais, para situações problemáticas que se passam no ringue desportivo na zona do Valbom, bem como para o estacionamento abusivo na zona.

Solicitou ainda, que dentro do possível, a Câmara pague com maior celeridade aos fornecedores.

- Sr. Hugo Pires:

Na qualidade de membro da Associação de Pais da Escola EB1 n.º 2 do Valbom teceu considerações relativamente ao horário escolar, considerando que não é indicado (saída às 19:00 horas) para proporcionar uma boa aprendizagem, daí terem recorrido à utilização de monoblocos, apesar de também não concordar com a solução.

Na sua opinião, é necessário olhar para a Escola de forma estrutural, não se podendo ficar à espera que o Governo faça um plano estratégico para se ter verbas, ao contrário, têm que ser todos em conjunto e com vontade a fazê-lo, porque as crianças são o mais importante.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que a Câmara não espera pelo Governo para ter um Plano, dado que tem em vigor a sua Carta Educativa que identifica as prioridades ao nível do parque escolar. Precisa sim, de verbas para requalificar as escolas/estabelecimentos de ensino, que integram o Parque Escolar.

Mais esclareceu, que a Câmara está no caminho para obter saúde financeira afirmando que quando o ano terminar, não terá pagamentos em atraso a fornecedores (excluindo a Simarsul).

- Vereadora Susana Custódio:

Para concluir, acrescentou reçar que a situação dos contentores que é provisória, pode inviabilizar um financiamento para uma situação definitiva, daí todos os esforços para que dentro do quadro legal, se minimizem efeitos sobre os horários.

- Vereador Jorge Giro:

Prometeu que a terra será rapidamente entregue, agradecendo desde logo, a boa vontade na manutenção dos canteiros.

António Joaquim Gomes Almeirim ausentou-se da sala (com autorização) cerca das 00:00 horas.

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite, tendo de seguida sido retomados os trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

O presidente da Assembleia explicou o atraso no envio da documentação deste ponto.

Colocado à discussão não se registaram intervenções.

PONTO 2 – TOMADA DE POSIÇÃO “MUNICIPALIZAÇÃO” DA EDUCAÇÃO NÃO!

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereadora Susana Custódio:

Informou que a tomada de posição vem na continuidade de uma moção aprovada em janeiro de 2015, uma vez que o que se pede agora é a revogação do Decreto-Lei 30/2015 publicado em 15.1.2015 e que mais não visa senão a municipalização da Educação. A Câmara defende e existem já conversações com o Ministério e a ANMP para dar corpo a algumas intenções que estão vertidas no Decreto-Lei e já tinham sido manifestadas pelo Ministério em 2008 aquando dos contratos de execução, que a Câmara também não assinou.

Referiu ainda, que a posição da Câmara é sustentada por um relatório realizado pela ANMP e o Ministério da Educação que prevê transferir para os municípios responsabilidade e competências sem que sejam devidamente acompanhadas de envelopes financeiros que permitam dar resposta séria àquilo que são as intenções de transferência destas competências no que diz respeito ao Parque Escolar, ou seja, passar as escolas de 2.º e 3.º Ciclo, que na maioria se encontram em mau estado de conservação e portanto a necessitar de muitas obras. Há também muitas dúvidas relativamente à colocação de professores e auxiliares.

- Iolanda Nunes:

Saudou esta tomada de posição em defesa de uma escola pública, universal e gratuita, que possibilite que a todos os seus intervenientes sejam dadas as mesmas oportunidades, de futuro.

- Luiz Batista:

Entende que por uma questão de proximidade estas competências devem ser dos municípios, pelo que é favorável.

- Henrique da Câmara:

Entre as várias medidas de desvalorização dos serviços públicos assumidas pela anterior governação do PSD/CDS, tanto as resultantes da sua política de austeridade como as de

cariz verdadeiramente ideológico, a municipalização da Educação que o anterior ministro quis deixar como mais uma das suas marcas no Ministério da Educação e Ciência (MEC), em nome do habitual chavão da descentralização de competências, visa não só a desresponsabilização da Tutela, mas fundamentalmente o velho sonho da direita de privatizar a educação e dismantelar a escola pública. Ao mesmo tempo cria condições para a promoção de negócios privados que florescem na área da Educação, apoiados nos significativos financiamentos públicos.

O presente afrontamento ao ensino público que representa a transferência de competências para as autarquias no caso da Educação até ao nível secundário, é um caminho que só facilitará ainda mais os interesses do ensino particular. Querem transformar o direito à Educação, em nome da rentabilização de recursos financeiros.

O que está verdadeiramente em causa, é o propósito de fragilizar e descaracterizar a escola pública com a continuação dos aparentemente inofensivos “contratos de associação”, que promovem objetivamente o incentivo ao desenvolvimento de escolas independentes no quadro da “diversificação da natureza institucional das escolas”, com a irónica condicionante de garantirem o serviço público ou como lógica neoliberal.

A chamada liberdade de escolha e a diferenciação dos percursos escolares, que a propósito das percentagens de competências estabelecidas, levanta a pergunta: quem verdadeiramente garante a defesa do serviço público na Educação? A resposta sindical de impugnação judicial destes processos é importante, mas são certamente precisas muitas mais respostas que enfrentem tal afronta.

Está-se assim perante um futuro inquietante e perturbador para a escola pública. No âmbito da gestão curricular e pedagógica, são delegadas competências na definição de normas e critérios de planificação no âmbito do ensino profissional e formação em contexto de trabalho; na definição das componentes curriculares de base local; e na definição de dispositivos de promoção do sucesso escolar e de estratégias de apoio para alunos.

No âmbito da gestão dos recursos humanos, são delegadas competências no domínio do recrutamento, gestão, alocação, formação e avaliação do desempenho do pessoal não docente; e no recrutamento de pessoal para projetos específicos de base local.

É delegada toda a gestão orçamental e de recursos financeiros e, no âmbito da gestão de equipamentos e infraestruturas do ensino básico e secundário, são delegadas competências nos domínios da construção, requalificação, manutenção e conservação das infraestruturas escolares; na seleção, aquisição e gestão de equipamentos escolares, mobiliário, economato e material pedagógico.

De fora, fica a gestão dos professores já vinculados ao Ministério da Educação e Ciência, presumindo-se a manutenção do sistema de recrutamento em vigor, embora os municípios passem a deter competências próprias para a contratação de professores para a designada oferta educativa de base local, desde que não existam docentes vinculados nas escolas do concelho ou na zona pedagógica respetiva.

As comunidades escolares, educativas e locais não podem ficar indiferentes a este ataque à escola pública que por entre o medo que paira nas escolas se vai instalando,

como afinal acontece com muitas leis que se sobrepõem na vida das escolas, como marca de cada ministro da educação que vão deixando um pesado rasto de burocracia que continua, grosso modo, sem mostrar a eficiência a que se propõem nos respetivos preâmbulos com que procuram justificar as leis.

QUE FUTURO TEREMOS NA EDUCAÇÃO ????

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor da CDU e PS, 3 abstenções do CDS-PP e 2 votos contra do PSD.

Henrique da Câmara fez declaração de voto em nome da CDU.

PONTO 3. – ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO JOÃO GONÇALVES JÚNIOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO CAF – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Não votou Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo ao abrigo do artigo 69.º do CPA.

PONTO 4 – ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O CENSA – CENTRO SOCIAL DE S. BRÁS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO CAF – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NA EB1 DO SAMOUCO

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

O presidente da Assembleia Municipal de Alcochete propôs que os trabalhos se prolongassem para além da hora regimental, o que foi aceite.

O presidente da Assembleia Municipal propôs a discussão conjunta dos pontos 5 e 6 e a sua votação em separado, o que foi aceite.

PONTO 5 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO DE SOFTWARE MICROSOFT (TRIÊNIO 2017 A 2019) PARA OS POSTOS DE TRABALHO DA CMA (EA Renew) – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Pedro Canteiro:

Questionou se o contrato com a *Microsoft* é uma questão de acordo com o Estado português e a Câmara ou se é preferência da Câmara. Entende que a empresa cobra valores muito altos e que no mercado existem soluções mais baratas.

- Patrícia Figueira:

Questionou se a proposta engloba todos os seguros da Câmara.

- Vereadora Raquel Prazeres:

Esclareceu não estar fora de questão contratar outra firma porque estão sempre há procura de melhores soluções e que a proposta engloba todos os seguros, incluindo o da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor da CDU, PS e 1 do CDS-PP e 4 abstenções (2 do CDS-PP e 2 do PSD).

PONTO 6 –AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS SEGUROS POR UM PERÍODO DE DOIS ANOS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor CDU e PS e 5 abstenções do CDS-PP e PSD.

PONTO 7 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Pedro Canteiro:

Questionou os lugares de antropologia e arqueologia.

- Luiz Batista, disse verificar haver um acréscimo de técnicos superiores (sobretudo na área de Desporto) e diminuição de operacionais quando são estes últimos que fazem mais falta.

Questionou a licenciatura em formação profissional.

- Vereadora Raquel Prazeres:

Esclareceu que os lugares de antropologia e arqueologia são para funcionários ao serviço no Museu Municipal de Alcochete.

Com a permissão do presidente da Assembleia Municipal, a Dr.ª Cláudia Santos (Chefe de Divisão da DAGR), esclareceu que o Mapa de Pessoal refere áreas de intervenção e não de licenciatura.

Frisou ainda, que a política da Câmara em termos de Desporto é muito positiva e visível, assumindo-a por isso, como uma das suas prioridades.

- Vereadora Susana Custódio:

Referiu todas as tarefas que são asseguradas pelos técnicos do Desporto, sublinhando que defender os trabalhadores é valorizar as suas competências.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor da CDU, PS e CDS-PP e 2 abstenções do PSD.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Sr.^a Elisa Noronha:

Voltou a referir o que se passa no ringue desportivo, com especial ênfase para a falta de segurança e chamou a atenção para a falta de corte nos ramos das árvores na rua onde reside, bem como para os buracos nos passeios.

- Vereador Jorge Giro:

Irá dar instruções aos Serviços para que procedam ao corte dos ramos das árvores em questão.

- Vereador José Luís:

Informou que até ao final do mandato e de acordo com a disponibilidade de agendamento, se irão realizar obras no referido ringue.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

- Estêvão Boieiro (Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete):

Agradeceu à Direção da coletividade a cedência das instalações para a realização da sessão.

- Fernando Pinto:

Na qualidade de diretor da coletividade, agradeceu a realização da sessão e colocou as instalações à disposição dos órgãos autárquicos.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:25 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: